

EDUARDO PRADO, AUTOR DE A ILUSÃO AMERICANA

EDUARDO PRADO, AUTHOR OF A ILUSÃO AMERICANA

Éverton Barbosa CORREIA*

Resumo: Na condição de prosador destacado, Eduardo Prado terá seu perfil expressional iluminado aqui retrospectivamente pela apreciação de dois outros autores consagrados, a considerar a interpretação de José Lins do Rego, com o seu artigo sobre o escritor oitocentista brasileiro coligido no livro *A casa e o homem*, ou ainda, Eça de Queiroz, com sua crítica publicada na *Revista moderna* (1898) e, depois, incorporada à obra póstuma do ensaísta brasileiro sob o título *Coletâneas*. A pretexto de demonstrar como o escritor paulista se inscreve na tradição luso-brasileira por meio de um fraseado incomum, tomaremos a segunda edição do seu ensaio *A ilusão americana* (1895) como fonte primária para interpretação. Essa obra será aqui concebida como estando entrelaçada na crítica de seu amigo português, para que se associe vida cultural e devir histórico, os quais imbricados entre si podem ser entendidos como determinantes do estilo do ensaísta natural de São Paulo. Assim, ao menos podemos ter certa noção de como uma das vozes mais efetivas na projeção da literatura brasileira na Europa acabou por se confinar a uma espécie de referência remota, senão dispensável à compreensão do legado literário nacional que se oferece como modelo de prosa e de frase de um desempenho na escrita que é de um tempo e de um espaço precisos.

Palavras-chave: ensaio oitocentista brasileiro; crítica literária; revista literária.

Abstract: As a privileged writer, the nineteenth-century Brazilian writer Eduardo Prado will have his expressional profile illuminated retrospectively here, by the appreciation of two other recognized authors, taking in consideration José Lins do Rego's interpretation, with his article collected in the book *A casa e o homem*, or even Eça de Queiroz, with his criticism published in the *Revista moderna* (1898) and later incorporated into Eduardo Prado posthumous works under the title *Coletâneas*. As the primary source for interpretation, we will take the second edition of his essay *A ilusão americana* (1895), in order to demonstrate how he, the essayist from São Paulo, is inscribed in the Portuguese-Brazilian tradition through an unusual style. To create an association between the essayist cultural life and historical future, this work will be designed as being intertwined in the criticism of his Portuguese friend, so that can be understood as determinants of his style. Thus, at least we may have the right notion of how one of the most effective voices in the projection of Brazilian literature in Europe ended up confining itself to a kind of remote reference, otherwise dispensable to the understanding of the national literary legacy that is offered as a model of prose and style in terms of writing that is of a precise time and space.

Keywords: Brazilian nineteenth-century essay; literary criticism; literary magazines.

* Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (2008), Professor Adjunto na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8707-6451>. E-mail evertonbcorreia@gmail.com

Algo difuso sempre se presume diante de qualquer tentativa de divisar quantos artifícios move um escritor para forjar sua *persona* literária, ainda mais se considerarmos o abismo que separa suas particularidades pessoais das demandas que envolvem o universo autoral. O caso de Eduardo Prado é tanto mais especioso quanto maior quisermos sua aproximação com Eça de Queiroz, cuja interferência só aviva o perfil do prosador paulista, sem a qual outra seria a sua repercussão no público leitor, contemporâneo ou póster. Em virtude disso, o que se aventa aqui é menos a elaboração da autoimagem fabricada pelo próprio escritor, do que pela intervenção de outrem no seu perfil literário, com destaque para sua condição social e existencial como prefiguração estilística. Nem tanto pelos artigos publicados na *Revista de Portugal*, organizada pelo romancista português – entre 1889 e 1892, sob o pseudônimo de Frederico de S., depois reunidos no libelo *Fastos da ditadura militar no Brasil* (1890) –, mas muito mais pela crítica eciana devotada ao estilo do ensaísta, publicada inicialmente na *Revista moderna* (1898) e depois reunida no livro póstumo intitulado *Coletâneas* (1904), incidindo sobre a autoria ali constituída. Cumpre referir, pois, que a *Revista moderna* editada em Paris, a um só tempo, vincula os escritores entre si, mas também oferece um cenário de exibição que se desencadeia da França para o Brasil. A mesma França, não nos esqueçamos, onde anteriormente havia sido publicada a segunda edição de *A ilusão americana* (1895), que, circunstancialmente, se faz o alvo preferencial da abordagem.

Sem ignorar que as relações pessoais repercutem nas interlocuções literárias, cumpre destacar pontualmente um dos conflitos com que Eça de Queiroz teve de se haver, a certa altura de sua maturidade, quando ocupou seu último posto diplomático em Paris, por não conseguir converter Eduardo Prado em seu concunhado. Dispensada a oportunidade pela irmã de sua esposa, o português amargou o fim do romance familiar que converteria em vínculo parental uma amizade que ultrapassava fronteiras nacionais, políticas e literárias. Sendo filho de brasileiro e com o avô tendo sido ouvidor no Império de Dom João VI, decerto aquele enlace matrimonial ataria os laços do prosador português com sua ancestralidade imediatamente anterior. Como o episódio é referido reiteradamente pelos biógrafos do romancista — notadamente Luiz Viana Filho (1984) e Campos Matos (2014) —, é estranho que não tenha ocupado os biógrafos do escritor brasileiro — nem Sebastião Pagano (1960) nem Cândido Motta Filho (1967). Todavia, o vazio que tal episódio gravou na biografia do escritor brasileiro pode ser compensado por

outras intervenções do prosador português na sua obra, notadamente pela sua conversão em crítico do autor de *A ilusão americana*, cuja representatividade no contexto da historiografia literária vinca o Brasil a Portugal.

Convém lembrar, ainda, que a autoria de Eduardo Prado em solo francês se desencadeia de fins da década de 1880 até o final da década seguinte, recortando um período de dez anos na produção do escritor, possivelmente os mais frutíferos, a considerar que neste ínterim se converteu em membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Interessa, pois, assinalar que é como representante da literatura brasileira que ele atinge leitores em Portugal, e no Brasil, ocasionalmente radicados em Paris, que o leem em francês e, posteriormente, em português. A referência inicial que precisa ser rememorada é a de que a primeira edição de *A ilusão americana* foi pilhada pela ditadura republicana, a ponto de desaparecer sem que restasse um exemplar qualquer para o público. Por isso, a sua segunda publicação se fez a primeira por mais paradoxal que se nos pareça. O fato é que só a segunda edição circulou e somente então a obra encontrou o público, que desencadeou uma linearidade editorial, que se renova de década a década.

Em face de tais informações, ainda que tivéssemos acesso à primeira edição, precisaríamos de mais elementos para aferir com acuidade a afirmação de Rui Barbosa, constante no prefácio da edição de 1953 (BARBOSA, 1953, p. 1–2), segundo a qual a segunda edição permitiu maior penetração junto ao público leitor, bem como permitiu ao autor avigorar seu estilo. Diante da impossibilidade de averiguar tais informações, a segunda edição será tomada como fonte primária do texto de Eduardo Prado, que ora é abordado. Se a sua publicação em Paris lhe deu, de fato, maior notoriedade é um enigma a ser desvendado, mas decerto abriu um caminho que passaria a vigor desde então, qual seja, o de ter a França como picadeiro para transfigurar na vida cultural aquilo que se processava na vida social do Brasil. O fato literário em que se deu sua aparição inicial ao público francês foi o da publicação do livro *Le Brésil* (1889), organizado por Émile Levasseur, com a colaboração ostensiva do barão do Rio Branco e a moderada colaboração de Eduardo Prado, embora ambos os nomes constassem no frontispício original na mesma linha e na mesma intensidade, a considerar o tamanho dos tipos que os apresentavam (LEVASSEUR, 2000), o que leva a crer que a importância do escritor paulista estava para além da verticalidade de sua colaboração.

Eis aí uma hipótese para a diferença de tratamento autoral entre os diplomatas brasileiros na circunstância de comemoração do centenário da Revolução Francesa,

quando foi publicado o livro por ocasião da Exposição Universal de Paris em 1889. Como sua condição de rebento tardio da endogamia cafeeira não lhe desse franco acesso aos negócios da família, sua projeção na vida social sofria a mediação imperativa da mãe, cujo catolicismo foi herdado profundamente na sua conduta de vida ou de escrita, a um só tempo exuberante e irregular, com um fascínio sedutor, que atinge até mesmo o leitor menos interessado nos seus escritos, conforme ilustração abaixo de trecho retirado ao leu do seu ensaio *A ilusão americana*.

Nem o Brasil físico, nem o Brasil moral formam um sistema com aquelas nações [americanas]. Dizem os geólogos que o Prata e que o Amazonas foram em tempo dois longos mares interiores que as comunicavam. O Brasil, ilha imensa, era por si só um continente. As aluviões, os levantamentos do fundo daquele antigo Mediterrâneo soldaram o Brasil às vertentes orientadas dos Andes. Esta junção é, porém, superficial; são propriamente suas e independentes as raízes profundas e as bases eternas do maciço brasileiro. Por isso não vêm até as praias brasileiras as convulsões vulcânicas do outro sistema. [...] Conta o missionário jesuíta, Samuel Fritz, que em 1698, uma terrível erupção andina transmudou o Solimões, o rio brasileiro, num ‘rio de lama’, e que, apavorados, os índios viam naquilo a cólera dos deuses. Parece que, na ordem política, tais têm sido as erupções espanholas e revolucionárias que, afinal, conturbaram as águas brasileiras. A torrente, porém, não é só de lama, porque é de lama e é de sangue (PRADO, 1895, p. 10–11).

Na obra, este comentário surge logo após o autor desbastar qualquer possibilidade de identificação entre a América do Sul e a do Norte, fosse por motivações étnicas, religiosas, linguísticas ou econômicas. A hipótese possivelmente acertada é a de que não tem como haver solidariedade entre as Américas, donde a impossibilidade de uma compreensão unitária do continente americano. Se o raciocínio vale para a cisão entre o Norte e o Sul, vale igualmente entre as nações do próprio continente sul-americano, onde o Brasil figura uma ilha ou, ao menos, um continente autônomo. Daí o argumento do autor se valer de uma especulação geológica para assegurar sua efetividade cultural e majoritariamente política. Pois, havendo uma cisão física entre a geografia do Brasil e a dos demais países latino-americanos, não poderia haver uma unidade cultural, tanto em relação à Europa quanto em relação aos vizinhos entre si, o que justificaria as diferenças culturais, porquanto aferradas à natureza e ao modo de reagir às intempéries naturais, que sedimentariam sensibilidades distintas. O gancho retórico se pauta justamente pela passagem do discurso racional para o mitológico, quando, a pretexto de demonstrar que a ligação entre os povos se dá sob certo obscurantismo, não deixa de mostrar que a ligação existe.

O brilho do raciocínio se deve muito mais ao desempenho retórico do que a qualquer outra referência, o que não deixa de ser feito sob o aparato científico e histórico correntes na época, para os quais vale o apelo geológico ou o relato jesuítico. Todo o arsenal de informações concorre para a revelação de sua matriz discursiva que se quer confiável aos interlocutores, embriagados pela voracidade positivista, para desmontar sua possível legitimidade, fosse pelo desacordo com a história, fosse pela fragilidade da argumentação científicista, porquanto exhibe as fraturas de ambos os raciocínios, nem tanto pelo ideário acionado, mas pela tradição que remonta um enraizamento cultural mais fundo e, por conseguinte, menos ocasional, conforme assinala.

Hoje, os opressores são os burgueses que confiscaram em seu proveito todas as chamadas conquistas da revolução de 1789. [...] Na vida moderna o capital cresce por si mesmo, cada vez mais se avoluma, e é fora de dúvida que a fatalidade faz com que os ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. A forma republicana burguesa, como existe em França e nos Estados Unidos é a que mais protege os abusos do capitalismo. Há como que uma repercussão de antigas eras, nos tempos de hoje, quando vemos de um lado a ferocidade burguesa contra o proletário, abroquelando-se em leis protecionistas, em monopólios industriais, e falando a todo momento em *princípio de autoridade, em direito da legalidade, em obediência* (PRADO, 1895, p.164–166).

Merece um comentário o fato de que, na primeira ocasião, quando ainda não era perseguido pela República, o autor publicasse sob pseudônimo e, depois, quando a circulação de sua obra foi impedida pelos militares, veio a estampar expressamente seu nome no frontispício da publicação editada em Paris (NOGUEIRA, 2003). Se não tivesse produzido mais nada, estes dois episódios já seriam o suficiente para dedicar ao escritor papel destacado nas nossas letras, menos pelo modo como se gravou na historiografia republicana do que pelo impacto que exerceu na vida social brasileira de fins do Oitocentos. No trecho recortado, cumpre assinalar uma intenção literária bastante efetiva entre as referências listadas e a imagem construída na última oração. A descrição interessa sobretudo porque àquelas alturas os Estados Unidos ainda não tinham atingido a supremacia no mercado internacional, mas já se afigurava como o principal algoz da economia brasileira, o que era decantado pelo governo republicano como uma conquista, mesmo sem corresponder à materialidade das circunstâncias. Com o comentário, Eduardo Prado intenta demonstrar o equívoco ideológico do governo republicano que, ao alardear as vantagens da modernização, atolava o país em dívidas externas.

Conforme a citação, a escritura move uma ideia de Brasil que anima uma interlocução viva com o público a quem era direcionado: a elite brasileira que se balançava entre os conservadores e os liberais, entre os republicanos e os monarquistas. O curioso é notar que independente da designação que se atribui a um ou outro grupo, a fronteira que os separava não era tão nítida assim. Nem mesmo entre os irmãos do autor, que se dividiam entre conservadores e liberais, e migraram do monarquismo para o republicanismo quando conveio a cada um particularmente. Tal confusão ideológica também pode ser ilustrada pelo próprio embargo e confisco da obra, pois já era sabida por todos a informação de que o livro seria publicado por tal editor e lançado em qual dia, o que decerto facilitou aos censores do libelo sua pilhagem antes da publicação da primeira edição. Não havia, portanto, a necessidade de ser próximo ao autor para saber qual o teor da sua obra ou as circunstâncias de sua edição, como se a leitura só viesse a confirmar o que já era sabido. No caso de Eduardo Prado, interessava menos o que estava sendo dito do que quem dizia, uma vez que o seu discurso não trazia grande novidade, até porque era repetido por alguns. O problema era o seu desempenho verbal e de quem podia reunir em torno da publicação do seu livro.

Não fosse quem era, as considerações de Eduardo Prado teriam outra ressonância, posto que o seu lugar de pronunciamento estivesse lastreado já dentro de casa e não só pelo espaço residencial, mas também pela repercussão de sua família no espaço público brasileiro, a considerar que Antonio Prado, seu irmão mais velho, havia sido Deputado pelo Partido Conservador, Conselheiro do Império e Ministro da Agricultura; depois de deflagrada a República, foi o primeiro prefeito da cidade de São Paulo, onde atuou longa e incisivamente. De igual modo, outro irmão seu, Martinico Prado, veio a exercer o mandato de deputado provincial pelo Partido Republicano Paulista por quatro legislaturas mesmo antes da Proclamação da República. Mesmo sendo de uma família com republicanos, quando ainda vigorava o Império do Dom Pedro II, que ocasionalmente frequentava a residência de Dona Veridiana Prado, o lugar de Eduardo Prado no xadrez familiar não parecia definido. Importa lembrar que sua relação com a mãe nunca foi apaziguadora, fosse pelo catolicismo que lhe imputara meio a contragosto ou pelo casamento forçado sob instâncias longamente negociadas e nunca aceitas de todo.

Diante do quadro, prevaleceu a vontade de Dona Veridiana, que havia arranjado o casamento do filho predileto com uma de suas sobrinhas, portanto prima do noivo, Carolina Prado, a quem mimou com presentes, heranças e outros cabedais, já que a vida marital nunca foi bem-sucedida ou, ao menos, cômoda para a agraciada (LEVI, 1977).

Aliás, a própria Veridiana Prado tinha se casado com o meio-irmão de seu pai, por um lado, e primo, por outro, já que sua avó, Ana Vicência, havia se casado com o primeiro Antonio Prado e, depois de seu falecimento, casou-se com o irmão Eleutério Prado, tio do Barão de Iguape e pai de Martinho, esposo de Veridiana e pai de todos os seus filhos, incluindo aí Eduardo. Se o comentário serve para ilustrar a endogamia cafeeira, que estava em pleno vigor no século XIX, a postura de Eduardo Prado não colaborava para reproduzir o domínio da família na cena brasileira, fosse pela sua pose de marido contrafeito ou de autor literário polêmico, embora se visse atrelado à tradição que representava.

A crítica dos acontecimentos, feita pelo jovem Eduardo Prado, foi uma crítica de analista apaixonado, mas, na aversão que o dominou, até o exagero, ia mais observação acertada, sugestões justas, que diatribes de panfletário. [...] Eduardo Prado saiu quase na adolescência para ver o mundo. Viu o Oriente Próximo, o Mediterrâneo, o Egito, as terras de Oceania. Saiu como um sibarita dos cafezais, com o bolso cheio, tomando quarto nos primeiros hotéis, com a cabeça cheia de literatura. [...] Eduardo viveu no centro do mundo, aprendeu a ciência da voga, apaixonou-se pela sociologia, que ainda era uma novidade nas cátedras universitárias; mas o que viu mais foi o que a sagacidade do caboclo paulista fez que ele visse: a Europa aburguesara-se com o progresso. [...] Então Eduardo Prado voltou ao Brasil para alarmar, para ser uma espécie de desmancha-prazeres (REGO, 1954, p. 16–20).

Conforme a referência, Eduardo Prado desfrutou da vida parisiense pública e na intimidade, até porque seu apartamento era frequentado pela diplomacia brasileira, que veio a compor como adido cultural. Aliás, ele nunca deixou este lugar indômito de pessoa irrequieta, senão quando retirado ao sossego da fazenda Brejão no interior paulista, de onde se correspondia com os amigos, de acordo com a ilustração do papel de carta timbrado esmeradamente para sua expressão mais íntima, como se verá adiante, que traz um leve sabor de coisa perdida no tempo, símile preciso do autor abordado.

Figura 1 - Eduardo Prado na sua biblioteca em Paris



Eduardo Prado na sua biblioteca em Paris.

Fonte: **Revista moderna**. Nº 22, ano 2, 1898

Esta foto em que o autor é flagrado ao fundo de sua suntuosa biblioteca parisiense foi retirada do número 22, do ano 2, de 1898, da *Revista moderna*, na qual Eduardo Prado figurava na lista de colaboradores, enquanto autor ou objeto literário. Este número daquela *Revista*, especificamente, foi-lhe dedicado com algum zelo, donde decorre a sucessão de imagens de que nos valemos circunstancialmente para aferir sua representação visual da época e como ela chega até nós. Ademais, é preciso referir que no frontispício da publicação constava valores diferentes a serem pagos para quem residisse na França, em Portugal ou no Brasil, o que nos leva a crer que o periódico tivesse circulação entre leitores da língua portuguesa, quer estivessem sediados na Europa ou na América. Porém, é preciso assinalar que, se a imagem da fazenda herdada se grava na sua afetividade, a ponto de ser estampada no papel de sua correspondência, não era somente uma ilustração memorialística, mas explicitava o registro de uma vivência de que ele fazia questão de afirmar em público, inclusive quando se dirigia a amigos ou parentes. Com isso, quando se via timbrado em papel pela grafia de sua letra, teria que estar associado àquele espaço residencial, a um só tempo histórico e geográfico, que se faz simbólico de

uma experiência familiar ancestral e de uma tradição que se grava na sua genealogia, por meio da qual a experiência no chão americano remonta à colonização lusitana e católica, que ele não quer substituir por outra que lhe parece ilusória, tal como está grafado no título de *A ilusão americana*.

Ocasionalmente investido do ofício de ensaísta, para quem o estilo é a expressão viva do homem e o vigor literário decalcado de seu fraseado sinuoso, elegante e incomum, Eduardo Prado faz com que sua imagem nos chegue com relevo e significação histórica. Observando em retrospectiva, o estilo de sua prosa é moderno, mas sem correspondência exata na matéria ancestral abordada, que confere à sua prosa um tratamento imprevisto. Todavia, à sua época, falar da ditadura republicana ou da ameaça norte-americana eram problemas que se inscreviam na ordem do dia e se faziam moderníssimos, portanto. Quer dizer, é sob o signo da assimetria que iremos flagrar o autor, cuja expressão está gravada na matéria que é a um só tempo familiar e histórica e, por conseguinte, se traduz em elemento de caracterização nacional, tal como foi assinalado por José Lins do Rego, que alveja a mãe e a república como instâncias da mesma entidade contra a qual o paulista se insurge.

Para ele, a mãe Veridiana se desdobraria na República, na República que ele tomara para a medida de um tempo em decomposição. E, para reagir contra a presença da mãe, que era uma extraordinária força de dominação, entregou-se à Igreja Católica, como se esta fosse a sua verdadeira mãe amantíssima. Para Eduardo, a Igreja concentrava na sua perpetuidade a verdadeira grandeza de viver. E esta devoção à eternidade valia por uma correção aos desatinos contemporâneos. (REGO, 1954, p. 22–23)

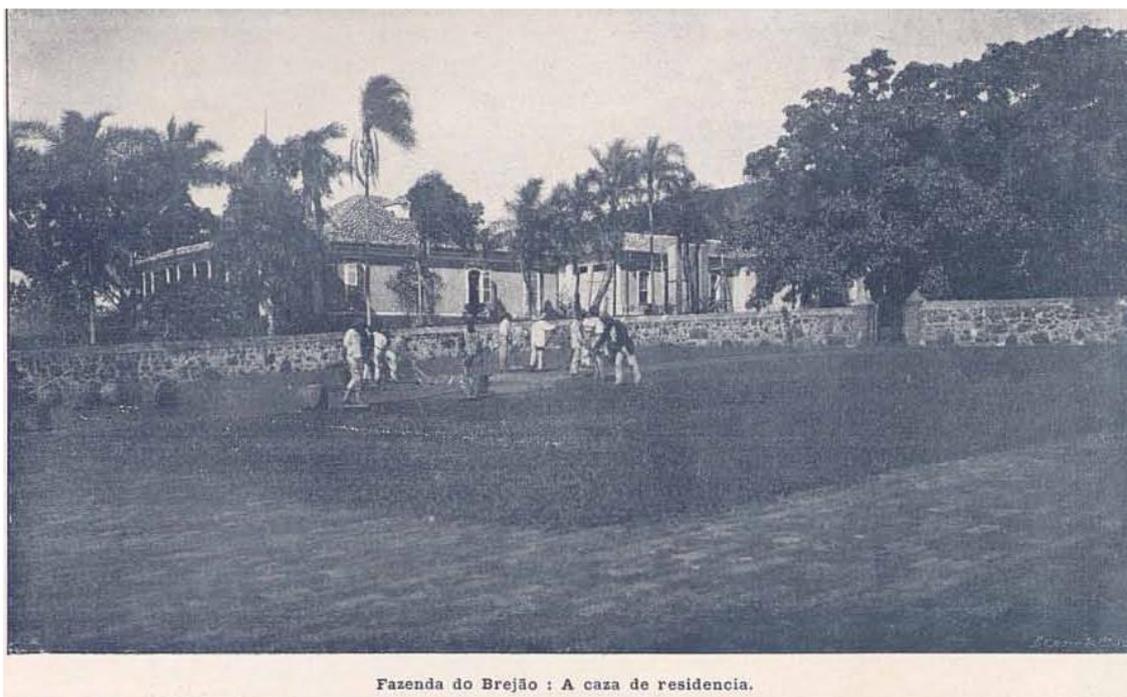
Soa interessante o raciocínio, porque parece mesmo se adequar à *persona* literária de Eduardo Prado, para quem os hábitos da capital francesa interessavam menos do que afirmar uma tradição que se irradia ao seu redor, pautado pela significação do barro vermelho e da terra roxa que se incrustavam nos seus sapatos, onde quer que estivesse. Não estranha, a partir disso, que a configuração de seu espaço de trabalho ou de lazer, quando passassem pela leitura, fossem constituídos em condições muito semelhantes à que ele desfrutara em Paris, muito embora ele estivesse ocasionalmente na propriedade agrária de sua predileção. Pela foto, dá para imaginar o ambiente que animava as suas bibliotecas.

Figura 2 - Eduardo Prado na sua biblioteca do Brejão



Fonte: **Revista moderna**. Nº 22, ano 2, 1898

Tal como a foto anterior, essa também foi retirada do mesmo volume da *Revista Moderna*, dedicado à sua obra e da qual era subscritor e colaborador. A considerar os olhos fixos da cadela Margot e a pose em que o autor se deixa fotografar, é bem possível que ele quisesse imprimir certo grau de espontaneidade à sua imagem, contraposta à de Paris, mesmo quando flagrado pela mesma câmara. Presumivelmente tal ambiência se reproduzia onde quer que o autor estivesse, na França ou no Brasil, levando em conta que o seu patrimônio familiar permitia a manutenção daquele padrão de consumo, independentemente de onde o autor estivesse situado, como se ele pudesse carregar consigo o seu entorno. Este espaço residencial, resultante dos proventos familiares, alterava-se quando estivesse na Fazenda do Brejão, porque outro era o derredor do espaço residencial, de acordo com a paisagem que a foto abaixo reproduz.

Figura 3 - Fazenda do Brejão: A casa de residência

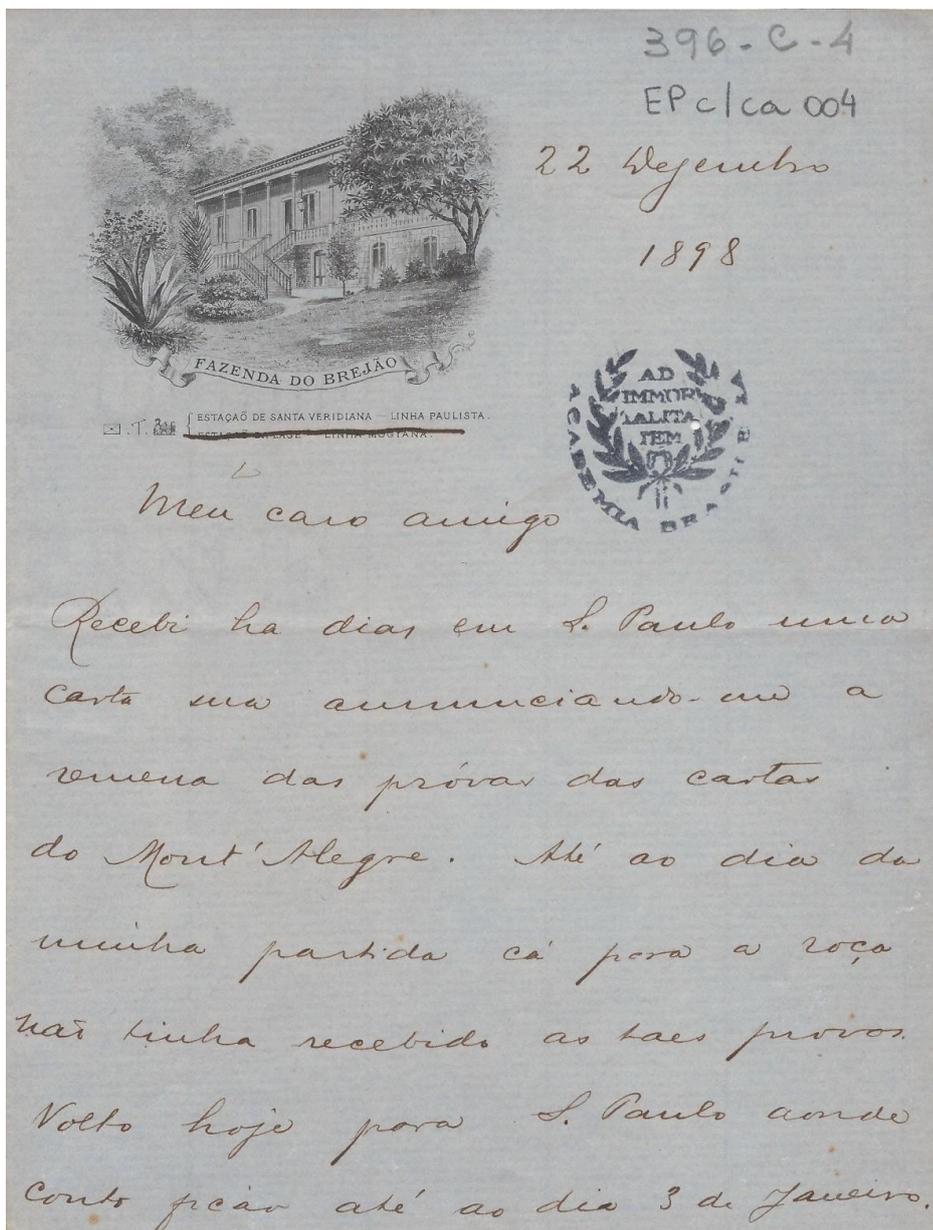
Fonte: **Revista moderna**. Nº 22, ano 2, 1898

Se o espaço interior de suas residências era dado pela comodidade, traduzida inclusive na companhia de animais domésticos, o espaço exterior da sua propriedade preferida era ocupado não só por trabalhadores, mas sobretudo pela atividade que, circunstancialmente, fazia com que surgissem outros residentes daquele espaço privilegiado, ainda que na condição de proletários ou semiproletários. Fagulha aí um traço de época assimilado como característica de quem exerce o poder econômico no Brasil, e a tal procedimento o autor estava confinado, justamente por ser parte de uma família tradicional, o que levou Eduardo Prado a eleger o interior do Brasil como paisagem adequada à sua expressão.

Não estranha, pois, que apesar de ser o filho de uma tradição familiar, econômica, e cultural que se faz literária, o autor Eduardo Prado se insurja contra essa mesma tradição em seus aspectos mais ornamentais, justamente porque a queria no que nela existe de mais fundamental — o seu enraizamento na tradição luso-brasileira que se atualiza verticalmente, seja como prática política ou como atividade literária que ele passa a ilustrar. Para não restringir suas descobertas ao perímetro das propriedades familiares, ele se aventurou por vastas solidões sertanejas, muito embora naquele momento sua família acumulasse quase 50% das ações do Banco do Brasil e a exportação do café ultrapassasse 75% do mercado das exportações do Brasil (LEVI, 1977, p. 159–160). E como é

previsível a toda matéria convertida em elemento de cultura, a missiva abaixo — constante no seu acervo da ABL — ilustra o empenho do seu autor em se deixar grafar associado ao seu torrão, conforme o timbre em marca d'água identifica e traz uma reminiscência perdida, imbricada na expressão do autor

Figura 4 - Carta escrita por Eduardo Prado



Fonte: arquivo do autor da Biblioteca Múcio Leão / ABL

Uma vez desbastados os pressupostos críticos e historiográficos que animam a leitura em curso, consideremos o cheiro inebriante que a fonte histórica exala para podermos lidar com ela pacificamente, sem usar o registro para desdizê-lo, mas com o fito de compreendê-lo, o que é sempre um modo de interpretar. Confrontando o

manuscrito da carta com a versão autógrafa de *A ilusão americana*, qualquer cotejo editorial de Eduardo Prado haverá de ser necessariamente tortuoso, a considerar seu percurso intermitente e a variação da materialidade das publicações, seja pelo logotipo timbrado no papel usado para correspondência ou pela capa ilustrada, tudo aí nos leva a crer que sua leitura tenha se dado por vários estratos de leitores e que a balança comercial do livro em pauta lhe tem reputado valor diverso ao longo dos anos, o qual manteve a seguinte subscrição: “a 1ª edição foi suprimida e confiscada por ordem do governo brasileiro”, logo após as indicações de data, autoria, título, epígrafe, editora e local de publicação daquele volume censurado. Essa subscrição da obra tem sido a sua única constante editorial, que se não valer para mais nada, inscreve um valor histórico naquela publicação, a qual até agora soma algo como 14 edições esparsas, não referidas entre si, das mais variadas feições e brochuras, apesar de restritas ao perímetro que vai de São Paulo à Brasília, se excetuarmos as duas primeiras edições e a de 1933 pela Civilização Brasileira — supostamente a 5ª edição —, com prefácio de Augusto Frederico Schmidt.

A considerar o timbre da fazenda Brejão que consta na sua correspondência de fins do Oitocentos, Eduardo Prado realiza um tipo social que se vê enraizado na tradição americana por longas datas, que o autoriza a impostar certo discurso para conferir legitimidade à sua prática autoral, haja vista que prática e discurso estão imbricados no lugar social ocupado por ele e do qual se investe para se expressar, ao menos pelo que reflete das lentes de seu crítico ocasional, de que se traveste Eça de Queiroz.

Sem estimar consideravelmente os métodos do Império, Prado amava o Trono Imperial pela antiguidade que lhe davam, não os anos, mas a hereditariedade, a continuidade histórica, como ramo mais poderoso e mais frutífero do velho tronco colonial que apodrecera. Era para ele uma instituição de raiz, de comprida raiz, funda e largamente mergulhada no solo moral da nação, que ela tornava mais consistente, e a que comunicava, como as raízes de um velho roble ao chão em que cravam, um aspecto de duração e venerável repouso. E quando a soube desarraigada bruscamente, numa madrugada de Novembro (e pela ferramenta menos limpa e destra para desarraigar instituições, uma espada), todos os seus fortes sentimentos de patriota, de legista, de intelectual, mesmo de artista, se rebelaram escandalizados. (QUEIROZ, 1898, p. 695–696)

Temos aí uma ponderada e compartida explicação para justificar o ato de revolta contra o governo republicano brasileiro que o escrito de Eduardo Prado encerra. A defesa do Império ao mesmo tempo em que enunciava o resguardo da tradição recuada no tempo advertia também para a manutenção do indefinido espaço geográfico brasileiro, ameaçado por levantes republicanos ao longo de toda a fronteira, cuja ultrapassagem se

via estimulada pela governança, sempre impiedosa com as reações internas, que dispõe como exemplo literário a própria perseguição individual a Eduardo Prado sofreu e a censura de *A ilusão americana*.

Tendo sido particular e subjetivamente atingido pela ditadura republicana, Eduardo Prado se via na condição de reclamar direitos, mais pela tradição que representava ostensivamente do que pela sua classe social, quando colocado em perspectiva como rebento tardio da família paulista de que descendia. Daí a metáfora crítica ser bem acertada quando associa o golpe militar ao desenraizamento de uma raiz “funda e largamente mergulhada no solo moral da nação”. Pois o escritor foi atingido também no grupo social que representava e que se estende retrospectivamente à própria fundação do espaço geográfico brasileiro, que ele vê ameaçado e quer observar, se não na sua integridade física, decerto na sua tradição cultural, que o conduz de volta a Portugal, como bem observou o crítico daquela ocasião.

Também o culto ao passado se revela, em Eduardo Prado, pelo seu carinho quase filial ao velho torrão lusitano. Poucos portugueses amarão Portugal com um amor tão inteligente e crítico, em que não entra sentimento atávico, e que todo ele nasce da observação, da comparação, dum estudo feito por meio de jornadas, depois de completados por meio de leituras, duas fontes de saber de limpidez desigual, mas ambos agradáveis e recomendados por Aristóteles. [...] Porque a afeição de Prado por Portugal é o complemento natural de seu amor pelo Brasil. E nele esse amor patriótico nunca sofreu diminuição, nem degeneração, bem sólido, bem alto, rijamente cimentado por profundidades mesmas do seu ser (QUEIROZ, 1898, p. 696–697).

Somente porque tem conhecimento específico e sistemático da história do Brasil e de Portugal, é que Eduardo Prado permite sua colocação autoral na situação exposta, pelo fato de estar implicado particular e existencialmente nas mudanças operadas. Assim colocado o problema, parece muito justa a adesão do crítico à pena do ensaísta brasileiro, porquanto é possível vislumbrar o laço existente entre as duas nacionalidades pela tonalidade da abordagem que vinca a matéria brasileira ao gosto europeu, que se desencadeia das terras lusitanas. Se é pacífica até aqui a identificação entre os autores, daremos um passo além se conseguirmos capturar tal afinidade no suporte material que animam ambas as escrituras, o que se verifica sobretudo pela reedição deste texto crítico — editado inicialmente naquele mesmo número da *Revista moderna* —, cuja segunda publicação teve como destino a obra póstuma do escritor brasileiro, onde o texto do português consta como apresentação. Por consequência, constitui-se como parte da compreensão autoral de Eduardo Prado, na qual se incrusta como interlocutor, intérprete

e coautor, tamanha é a verticalidade de sua análise, quando se volta para aspectos propriamente estilísticos, como veremos. Não tendo havido reparo àquela publicação de *Coletâneas* (1904), o texto que a constitui absorve porosamente a apresentação de Eça de Queiroz que passa a lhe compor também, com uma única ressalva distintiva dos dois autores: a inscrição de “Revisão”, que indica o texto com os respectivos título e autoria, tal como havia sido publicado inicialmente na *Revista moderna*, agora atualizado.

Abre o presente volume o magistral artigo de Eça de Queirós sobre o pranteado escritor, publicado no n. 22 da *Revista moderna*, em julho de 1898, número dedicado ao dr. Eduardo Prado. Devido à análise perfeita da personalidade científica, literária e artística que de seu amigo Eça de Queirós faz, escolhemo-lo para prefácio dos quatro últimos volumes que vão ser editados sob aquele título geral — *Coletâneas*, compreendendo os trabalhos que ocupam este volume e outros esparsos em jornais, revistas etc., e alguns, ainda, de grande valor, não conhecidos do público (PRADO, 1904, p. v).

Como não há indicação de autoria das linhas acima, não dá para saber ao certo quem reputou a excelência da crítica de Eça de Queiroz como critério de legitimação do estilo de Eduardo Prado, tendo sido ambos recém-falecidos por ocasião da publicação. Uma vez que a obra se fez assim, assim será tomada para formalizar o vínculo entre os dois autores e, por isso, a partir de agora, a referência a ser usada para apreciar a crítica de Eça de Queiroz será o livro de Eduardo Prado, porque ali se verifica a interferência concreta da opinião de um na autoria do outro, materializada no volume tal como foi publicado, confirmando a hipótese de leitura. Obviamente, devido à proximidade do texto de Eduardo Prado, precipita-se uma moderada intervenção naquela escritura, segundo a qual o texto do romancista português se confunde com o do polemista brasileiro, por contiguidade. Para não perder o fio da meada, retomemos o raciocínio crítico do ponto que parece unânime entre os leitores de Eduardo Prado. Difícil é dizer se tal unanimidade se construiu à revelia ou sob sugestão de Eça de Queiroz, como vê o seu amigo.

E quanto mais rebrilha a atividade social de Paris, ou Londres, mais ele lamenta, com fina saudade, o verde-negro sossego do seu Brejão. Talvez mesmo agora nunca deixasse a sua Pátria, se, de ano a ano, franzindo o sobrolho, a sua Pátria o não sacudisse para as pátrias alheias. Atravessa, então, os sertões, sulca três mil léguas de mar incerto, remergulha no bulício europeu, e, ao cabo de seis meses, recomeça sorrateiramente a refazer as malas, para escapar com delícias para o silêncio dos cafezais. [...] É possível que Eduardo Prado esqueça, ou, mesmo, abandone, com risonho e leve gesto, o jornal que fundou, o Comício que convocou; mas à planta que ele plantar não faltará adubo, nem sacha, nem rega, nem ternos cuidados! Estas qualidades, a não ser a do Patriotismo, não influenciaram, nem se mostram nos seus livros (QUEIROZ, 1904, p. xxiv/xxv).

O impressionante do comentário é que o retrato do autor que se nos aparece não se dá pelo resultado analítico de sua escrita, e sim pela sua conduta social ou íntima, como se houvesse um vínculo indissociável entre o homem e a escrita, mesmo quando não referidas no texto as suas respectivas práticas. Tudo isso chama atenção porque estamos falando de uma época em que a vida no exterior brilhava como uma condição de sobrevivência para a intelectualidade nascida no Brasil, como uma condição sua. Tudo isso se verticaliza quando a crítica se volta para aspectos propriamente contedúísticos com vistas à melhor expressão autoral, como se segue.

Eduardo Prado é um incomparável mestre do panfleto. Antes de tudo, possui sempre uma convicção forte, de boa raiz, raiz que ora mergulha na razão, ora apenas no sentimento, mas suga sempre um solo vivo. [...] Depois, as suas ideias são muito claras, de uma clareza seca de cristal bem talhado, com finas arestas, onde a luz reflete. Confuso nos desejos, nos planos e nos modos, Eduardo Prado é, quando pensa, um lúcido. [...] A esta clara visão ele junta um raro poder de deduzir, de desfiar, de sutilmente desfiar, e de ligar, depois, os fios sutis numa trama miúda e resistente, que, quando combate, se torna aquela rede de ferro com que os gladiadores de circo imobilizavam para a morte os contendores [...] A todas essas superiores potências junta a potente paciência de esquadrihar os textos, desenterrar os documentos, amontoar os exemplos, percorrer toda a História e toda a Natureza, para recolher um fato, um precedente, uma analogia — de sorte que sua lógica, bem armada e destra, sempre combate sobre uma maciça, formidável muralha de Prova. [...] A sua maneira de utilizar esses dons, o seu Estilo, é o melhor, o mais adequado a um publicista — e participa superiormente da natureza desses dons (QUEIROZ, 1904, p.xxvii/xxviii).

Neste momento, a crítica é tão colada ao texto do autor, que parece sua mimetização, com alguns efeitos retóricos que ampliam a sua ornamentação e lhe dão maior força, porque parece mais consistente e convincente, não pela riqueza ou raridade da ideia, mas pelo método de sua exposição que lhe dá colorido especial e o traduz para outra esfera, em que a linguagem deixa de ser veículo para se tornar expressão de um indivíduo particular e circunstanciado. Causa espécie que estejamos falando de um publicista, a quem o destino do próprio jornal pouco interessa, esnobando um pouco a oposição e afirmando o seu caráter de classe, para quem o que interessa mesmo é a afirmação do ponto de vista, da perspectiva a ser afirmada. Não só pela classe a que pertencia, mas muito mais pelo Brasil que reivindicava ou pelo brasileiro que queria ser, consoante o seu crítico.

Dentro de um tal estilo, toda expressão cabe, porque a sua ductibilidade se presta tanto à grossa risada, como ao soluço lírico. E Eduardo Prado faz tudo servir: lutando, ou doutrinando, segundo a necessidade da causa santa, ele

emprega ironia alada, o sarcasmo estridente, a prédica catedrática e de toga, a murmuração familiar em chinelos, a rápida e remexida rebusca de fatos e, mesmo, a compassada e ponderosa procissão de teorias. [...] ainda alguma confusão se estabelece no seu estilo — mas docemente alvoroçada e enternecida, como a de turba piedosa que se empurra para um altar amado. É que seus livros são sempre atos intensamente vivos — ora uma hoste em marcha, ora um povo em prece (QUEIROZ, 1904, p. xxix/xxx).

Tamanho vigor expressivo, que se consolida na profusão de referências e no estilização de uma ideia reta, só poderia servir de argumentação fascinante para quem se deixa seduzir pelos arabescos da exposição, mas só a muito custo conseguiria alguma adesão, tal como a conseguiu de Eça de Queiroz, cuja proximidade ainda hoje não desperta consensos, restrita a algo casual ou episódico. Como se viu, ao contrário, há o entrelaçamento da escrita de um na obra de outro, e não se trata de algo meramente ornamental, como quem aprecia um objeto sob encomenda. Frieza não é propriamente uma acusação que se possa fazer à crítica eciana, recheada de recursos expressivos que, se não servirem para realçar a figura do autor abordado, decerto servirão para demonstrar como e o quanto o estilista Eça de Queiroz é capaz de se projetar no estilo de outrem.

Ao final, na escrita que implica e replica seu interlocutor, o crítico encontra um meio expressivo que descrevendo algo do outro, expande sua própria expressão, talvez tida um pouco mais equilibrada do que o usual para Eduardo Prado e menos engajada politicamente, talvez porque consciente dos limites da reivindicação literária, voltada mais para análises do que para sínteses historiográficas ou sociais. O conflito entre a análise e a síntese do estilo do autor apreciado está colocado como uma condicionante da estruturação textual do crítico, que não se restringe a emendar ou censurar as falhas do amigo, mas se solidariza e se confraterniza com elas, expandindo a própria compreensão do seu discurso ali circunstanciado e até mesmo a própria compreensão artística que se traduz no romance *As cidades e as serras*. Por ser tomado sempre como referência ao protagonista daquela narrativa, Eduardo Prado parece oferecer algo mais do que um modelo para o personagem Jacinto de Eça de Queiroz, como se a amizade fortuita e pontual não bastasse para justificar tal eleição. Se esta amizade não conferiu a si mesma uma tonalidade estética, serviu ao menos para acionar elementos que tornam plausíveis a verossimilhança da forma romanesca ulterior do prosador português, não raro tomada como regressiva, o que seria aceitável se o modelo não fosse Eduardo Prado. Por outro lado, a prosa ensaística do brasileiro abre uma fenda na historiografia literária, não só porquanto se aproxima da vida literária portuguesa, mas sobretudo porque serve de elo

entre o final do século XIX e o início do XX, já que seu apartamento em Paris era frequentado pelos acadêmicos Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Domício da Gama, bem como pelos modernistas Graça Aranha e Paulo Prado, que ficaram à testa daquela já remota semana de 1922.

Referências

- ARINOS, Afonso. “Discurso do Sr. Afonso Arinos”. in: ARINOS, Afonso et al. **Discursos acadêmicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- BARBOSA, Rui. “Aos entusiastas da amizade americana” in: PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. S/E: Rio de Janeiro, 1953. p. 1–2
- FREDERICO DE S. **Fastos da ditadura militar no Brasil**. Porto: Revista de Portugal, 1890.
- LEVASSEUR, Emile. **O Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras e Expressões, 2000.
- LEVI, Darrel Erville. **A família Prado**. São Paulo: cultura 70, 1977.
- MATOS, A. Campos. **Eça de Queiroz: uma biografia**. Cotia: Ateliê; Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- MOTA Filho, Cândido. **A vida de Eduardo Prado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- NOGUEIRA, Octaciano. “Um homem contra um regime” in: FREDERICO DE S. **Fastos da ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. IX–XVII
- PAGANO, Sebastião. **Eduardo Prado e sua época**. São Paulo: O Cetro, 1960.
- PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. 2ª ed. Paris: Armand Colin et Cie, 1895.
- _____. **A ilusão americana**. Prefácio de Augusto Frederico Schmidt. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- QUEIROZ, Eça de. “Eduardo Prado”. **Revista moderna**. Nº 2, ano 2, 1898. p. 693–699.
- _____. “Eduardo Prado”. PRADO, Eduardo. **Coletâneas**. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1904. v. 1. p. vii–xxxii
- _____. QUEIROZ, Eça de (org.). **Revista de Portugal**. Porto: Lugan & Genelioux, 1889. (Vol. 1)
- _____. **Revista de Portugal**. Porto: Lugan & Genelioux, 1890. (Vol. 2)

REGO, José Lins do. “Eduardo Prado”. **A casa e o homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.p. 15–34.

VIANA FILHO, Luís. *A vida de Eça de Queiroz*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

Recebido em: 10/08/2022.

Aprovado para publicação em: 26/09/2022.